

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**RICARDO PEREIRA PINTO**

**ESTRATÉGIA E LUTA:  
A OCUPAÇÃO 20 DE NOVEMBRO**

Porto alegre

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**RICARDO PEREIRA PINTO**

**ESTRATÉGIA E LUTA:  
A OCUPAÇÃO 20 DE NOVEMBRO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito para  
obtenção do título de  
Licenciatura em História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Luisa Fillipozzi Martini

Porto Alegre

2010

*“a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade” (Lefebvre, 1991)*

## RESUMO

Este presente trabalho tem como tema a luta por melhores condições de vida em ambiente urbano. O objeto de reflexão é uma ocupação de um prédio no Centro de Porto Alegre protagonizado por famílias militantes de movimento social urbano, ocorrida no período compreendido entre 20 de novembro de 2006 e 23 de março de 2007, seus desdobramentos e contextualização. A ocupação 20 de Novembro ocorreu no prédio da Rua Caldas Júnior, nº 11, e participaram 36 famílias em condições de risco social, oriundas, em sua maioria, de subúrbios de Porto Alegre e militantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM. Desde o início da ocupação, as famílias experimentaram um processo de integração em comunidade, com formação política e desenvolvimento de atividades de subsistência, organizadas de acordo com as necessidades do grupo, bem como a formatação identitária. Este estudo de caso revela que quando o indivíduo em risco social está organizado coletivamente, seu protagonismo em busca de cidadania é recompensado com melhorias de condições de vida e da construção de uma identidade positiva.

Palavras-chave: Novos Movimentos Sociais, Movimento Social Urbano, Moradia, Cidadania, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Narrativa Histórica, Ocupação, Articulação, Luta por direitos básicos.

## ABSTRACT

The present work has as its theme the struggle for better living conditions in urban areas. The object of reflection is an occupation of a building in downtown Porto Alegre performed by families of urban social movement activists, in the period between November 20th, 2006 and March 23rd, 2007, its implications and contextualization. The November 20th occupation took place in a building at 11 Caldas Júnior St., and the 36 families that participated of it were in social risk conditions, originated mostly from the suburbs of Porto Alegre and militants of the Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM, a national movement that claims for housing rights. Since the occupation began, the families experienced a process of integration into the community with political education and development of livelihood activities, organized according to the needs of the group, as well as the formatting of identity. This case study shows that when individuals at social risk are organized collectively, their role in seeking citizenship is rewarded with improvements in living conditions and in building a positive identity.

Keywords: New Social Movements, Urban Social Movements, Residence, Citizenship, Movimento Nacional de Luta pela Moradia,, Historical Narrative, Occupation, Articulation, Fight for basic rights.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>2. A Trajetória Histórica do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.....</b>	<b>11</b>
<b>3. Contexto Local e Nacional Relacionados ao Direito Básico De Moradia...</b>	<b>12</b>
<b>4. A Entrevista.....</b>	<b>17</b>
<b>5. A Repercussão na Mídia.....</b>	<b>39</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>43</b>
<b>7. Referências.....</b>	<b>44</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Na sociedade moderna, então, não é suficiente ocupar fábricas ou entrar em confronto com o Estado. O que também deve ser contestado é toda a área da “cultura”, definida em seu sentido mais amplo, mais corriqueiro. O poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer “contra-hegemonia” deve levar sua campanha política até esse domínio, até agora negligenciado, de valores e costumes, hábitos discursivos e práticas rituais.” (Gramsci)

A Ocupação 20 de Novembro do Movimento Nacional de Luta pela Moradia representa, exemplarmente, o protagonismo histórico dos chamados novos movimentos sociais, que segundo Ernesto Laclau constituem-se no que existe de mais revolucionário nesta experiência da democracia atual. Este trabalho objetiva analisar e divulgar através de narrativa histórica, a atuação deste grupo de integrantes, ou coletivo, do novo movimento social supracitado, no episódio da ocupação do prédio situado à Rua Caldas Júnior n.11 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no período de 20 de novembro de 2006 até 23 de março de 2007.

Os pós-marxistas e culturalistas questionam a coesão e a própria existência da classe trabalhadora no Brasil como tal, com consciência de classe e sentimento de pertencimento, em função do estilhaçamento das identidades e referências da atualidade histórico-cultural, considerando, portanto, a impossibilidade de classificação dos movimentos sociais de base enquanto inscritos num processo dialético ou protagonizando a luta de classes. Mas mesmo nesta perspectiva que a luta dos movimentos sociais não represente a dialética da luta de classes, porque diferentes demandas os movem fracionando identidades, inviabilizando explicações totalizantes, resta como explicação teórica, as articulações que unem os diferentes movimentos sociais brasileiros de base. Eles seriam, na perspectiva de Ernesto Laclau, novos movimentos sociais.

Os indícios de conscientização política de pertencimento ao proletariado estão presentes nos discursos e nas práticas dos novos movimentos organizados da base social brasileira, unidos, aliás, por conexões permanentes de articulações e objetivos comuns ou da mesma natureza. Não será porque seus integrantes têm em comum as marcas em suas trajetórias de vida, da exploração capitalista da sua força de trabalho? E também porque quando estão em condição de desemprego, sem alternativas de renda, encaixam-se

exemplarmente como fazendo parte do “exército industrial de reserva”, teorizado por Karl Marx em *O Capital*? Concluimos que os movimentos sociais de base brasileiros, de acordo com o esquema de Laclau, além de se oporem ao sistema capitalista em suas ações, articulam-se com os governos nas negociações de suas demandas sociais. Porém, como os integrantes do MNLM e dos outros novos movimentos sociais da base popular, experimentam formação política marxista, configuram-se sim como integrantes de uma classe social proletária por sentirem-se como tais, pela relação simbólico-ideológica.

Em entrevista para a revista argentina *Fierro*, encarte do jornal *Página 12*, edição de 9 de junho de 2005 disponível pela internet, o cientista político Ernesto Laclau, pós-marxista, refuta a perspectiva marxista de Antonio Negri e Michael Hardt da globalização sob o domínio de um Império capitalista transnacional. Laclau considera sim, que a luta entre distintos blocos econômicos mundiais segue sendo de suma importância. Critica também a posição de Negri e Hardt sobre a existência de uma rede formada pelas instituições esquerdistas, mundialmente, que se uniriam natural e espontaneamente para oporem-se ao capitalismo mundial, simplesmente por serem todos explorados pelo Sistema. Laclau vê uma proliferação de pontos de antagonismo e ruptura, porém entende que não haverá uma união esquerdista mundial total contra o sistema capitalista porque as práticas dessas instituições movidas por demandas sociais, como os novos movimentos sociais, são orientadas por negociações com os poderes públicos. Além disso, conclui que os novos movimentos sociais, através de articulações políticas em todos os níveis, têm sido eficientes, sem precisarem se transformar em partidos políticos. Laclau argumenta que no Fórum Social Mundial de Porto Alegre pode depreender, nos depoimentos dos militantes dos movimentos sociais de suas lutas e conquistas, os indícios dessas articulações.

A respeito das articulações consideradas tão importantes para os novos movimentos sociais brasileiros, há uma importante observação:

“Não bastam as carências, pois, se assim fosse, já deveria ter ocorrido uma revolução no nordeste brasileiro (...). As lutas se agravam a partir da articulação de carências e setores organizados, mobilizados, que ‘puxam’ as lutas. (Gohn, 1991:57)

O Movimento Nacional de Luta Pela Moradia é uma dessas instituições denominadas movimentos sociais, tal qual o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST e Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, nascidos na base social, especificamente na parcela da população sem posses ou no *lumpen* proletariado, fruto do

processo de concentração de rendas e poder político da classe dominante brasileira, formando um enorme contingente populacional de dezenas de milhões de indivíduos vitimados com a quase completa ausência de atendimento dos seus direitos básicos de saúde, educação, ensino, cultura, trabalho, moradia e lazer. Surgidos nesse contexto, os movimentos sociais eclodem na década de 80, com o término da ditadura militar, juntamente com o fortalecimento de instituições de direitos humanos, feministas e movimento negro, aproveitando o período de garantias institucionais e de mais liberdade, características democráticas. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia assim como os outros novos movimentos sociais da base social brasileira são instrumentos criados, espontaneamente, para oporem-se a características culturais perversas da sociedade como o patrimonialismo, a meritocracia e o paternalismo, já apontadas por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* como responsáveis por manterem o país ancorado ao atraso e injustiça social.

O trabalho que segue composto por um “fazer narrativo” baseia-se nas correlações que compreendem os personagens: os integrantes da Ocupação 20 de Novembro, seus contendores e apoiadores, e os acontecimentos: fatos encadeados referentes ao processo de ocupação em si do prédio da Rua Caldas Júnior n. 11 e todos os fatores envolvidos, compondo uma tríplice mimese ou imitação cuja relação desses três componentes nos proporciona o entendimento de seus significados.

De acordo com os pressupostos teóricos de Paul Ricoeur inscritos na obra *Tempo e narrativa*, a tríplice mimese, serão utilizados no “fazer narrativo”, o “tecer de intrigas”, representação da ação, através da interligação de acontecimentos e personagens a fornecer-lhes um sentido no tempo e no espaço. O fio condutor que promove a união entre tempo e narrativa tem como mediação o exercício de composição da intriga, o trajeto da “tríplice mimese”, atividade composta por três movimentos paralelos entre si, cuja relação nos fornece os elementos de compreensão de seu significado. A mimese ou imitação através de narrativa só é possível através de uma articulação entre contexto e significado que não segue uma lógica meramente utilitária, mas sim simbólica existencial.

Podemos fazer um exercício comparativo, guardando as devidas proporções, de nossos personagens principais, Ezequiel Moraes, Ceniriane Silva e a Ocupação 20 de Novembro do MNLM, com o moleiro de Friulli, no século XVI, Scandella ou Menocchio del Verrochio e seus companheiros de irmandade secreta. Enquanto aqui, os integrantes da ocupação têm uma interpretação alternativa da realidade ao se oporem ao Poder Público local

e às lógicas capitalistas excludentes que representam os interesses da classe dominante, na Friulli do século XVI, retratada por Carlo Ginzburg na obra *O Queijo e os Vermes*, o personagem Menocchio del Verrochio concebe com seus pares uma cosmogonia que desagrade à Igreja e conseqüentemente à ordem vigente de sua época. A diferença é que aqui o MNLM divulga o que professa, enquanto lá, o moleiro não pode fazê-lo abertamente, por causa da Inquisição. Neste trabalho são utilizadas fontes orais e notícias de jornais. Já no trabalho de Ginzburg são usadas as atas inquisitoriais. Em ambos o foco e os personagens principais não são da classe dominante.

## **2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA**

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia surge em 1989 com a proposta de contribuir para o fim do déficit habitacional, através do estímulo à organização e articulação nacional dos movimentos de luta pela moradia, desenvolvidos por sem-tetos, inquilinos, mutuários e ocupantes, unificando suas lutas pela conquista da moradia e do direito fundamental à cidade. Está presente em 17 estados brasileiros e 25 municípios do Rio Grande do Sul e tem como eixo de luta a reforma urbana.

A estratégia principal do movimento é a ocupação de prédios que não cumprem sua função social, para torná-los moradias de interesse social para a população de baixa renda, respaldada pela Lei 10257 de 2001, referente ao Estatuto das Cidades. Na perspectiva do movimento, a revitalização dos centros urbanos, diferentemente das políticas elitistas adotadas pelos governos municipais que, via de regra, expulsam as parcelas menos aquinhoadas da população para as periferias das cidades, deve começar pela valorização do ser humano, sem distinção social, eliminando, desta forma os privilégios da parcela mais abastada da população em relação ao acesso e utilização dos espaços urbanos públicos e seus equipamentos.

Um dos eixos principais é o investimento na formação política e cultural das famílias filiadas ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia, no sentido de constituí-las enquanto sujeitos de direitos, artífices da democracia, cidadãos plenos que lutam e exercitam seus direitos e deveres coletivos e individuais. A formação é feita através de oficinas, debates e exibição de filmes com temáticas referentes a Direitos Humanos, Saúde Sexual e Reprodutiva, Economia Solidária, Cooperativismo, Relações de Gênero e Raça, Juventudes, Poder Popular, Universidade Pública e Popular, Plano Nacional de Juventude, Mobilidade e Acessibilidade Urbana, Comunicação Comunitária (fanzine e rádio comunitária), Portais da Cidade, Plano Diretor de Porto Alegre; além de atividades culturais como oficinas de Teatro, Sarau de Poesias, Expressão Corporal, Percussão, Desenho; e de geração de renda como Serigrafia, Padaria e Artesanato com materiais reciclados.

## 2. CONTEXTO LOCAL E NACIONAL RELACIONADOS AO DIREITO BÁSICO DE MORADIA

De acordo com a Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, em pesquisas feitas juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o Ministério das Cidades, resultantes em dados estatísticos elucidativos do déficit habitacional no Brasil, relacionados ao período desde 2000 até 2006, apontaram a necessidade da construção de 20 milhões de residências destinadas à população de baixa renda. Em 2000 o déficit habitacional quantitativo ou falta absoluta de habitações era de 7 milhões de unidades no Brasil.<sup>1</sup>

Em Porto Alegre, que é o local do objeto desta pesquisa, de acordo com levantamento realizado sobre os 100 maiores proprietários de terras, em 1990, emerge ou vem à luz, o fenômeno dos vazios urbanos, dando conta da lógica perversa do capitalismo em ambiente urbano, haja vista a possibilidade de utilização destas áreas desperdiçadas em sua finalidade social, o que não ocorre, por não serem disponibilizadas para projetos de habitação popular. E, pelo contrário, são objeto de concentração de patrimônio e renda por parte dos proprietários, integrantes da classe dominante. Estes 100 maiores detentores fundiários urbanos de Porto Alegre, representam apenas 0,69% dos proprietários que detém quase 50% das terras desocupadas urbanas. E 15,34% das áreas vazias estão nas mãos de 10 proprietários. Deste total examinado, 80 proprietários são individuais, 11 são empresas e 9 são entidades públicas. A maioria das empresas proprietárias tem por objetivo social os negócios imobiliários, como compra e venda, construção, loteamento, locação e incorporação imobiliária. As áreas ocupadas em Porto Alegre em 1987 eram 41,88% da área urbana. Indicador da importância dos vazios urbanos na problemática da habitação popular.

Em 1980 o IBGE indicou que 33,41% da população de Porto Alegre habitava o circuito periférico da cidade. Somando a população da periferia à das áreas de ocupação irregular dos circuitos central e intermediários, temos uma idéia da dimensão que assume a

---

<sup>1</sup> Déficit Habitacional no Brasil. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e informações. 2. ed. - Reimpressão – Brasília, 2006

segregação social em nossa realidade, já que reúne expulsão e exclusão de 40,19% dos habitantes da capital gaúcha a habitarem em condições precárias.

A dinâmica de ocupação da cidade é criadora de espaços vazios em áreas bem equipadas, ao passo que a população de baixa renda se estabelece em locais distantes e sem as mínimas condições de dignidade.

Nas últimas décadas, a remoção de enormes contingentes populacionais, como, por exemplo, a população da Vila Ilhota, localizada anteriormente entre os bairros Cidade Baixa e Azenha, para uma área isolada, na época no limite entre a área rural e a urbana do município, distante 30 km da área central da capital, sem equipamentos urbanos, que depois foram conquistados por estas populações em demandas reivindicadas junto ao poder público municipal, é a prática governamental para a ampliação da infra-estrutura urbana. O problema é que esta área da zona sul de Porto Alegre, com esta estrutura garantida pela população carente que foi mandada para lá, está sendo elitizada com os empreendimentos de construção de moradias de luxo como os condomínios Terraville e o Belém Novo Golfe Clube. Ou seja, a expulsão dos pobres da área central urbana serve também para o encarecimento ou valorização do solo nas áreas suburbanas.

Para melhor avaliação das lógicas referentes ao problema habitacional em Porto Alegre, vejamos: Segundo Castells(1977) e Lojkine(1979) a contradição entre capital e trabalho compõe a problemática urbana. Para Lojkine a compreensão da cidade depende da interpretação das condições gerais da reprodução do capital. O ambiente urbano contém as atividades produtivas, a infra-estrutura e a força de trabalho. Aglomeração que contém os elementos habilitadores da cidade como o lugar ou espaço físico onde poderia ocorrer a socialização das condições gerais de produção.

Castells entende a cidade como palco da reprodução da força de trabalho, conferindo importância ao consumo urbano. Nesse ínterim os movimentos sociais desempenham papel fundamental para a democratização dos meios e espaços.

David Harvey tece explicações para compreendermos os mecanismos de exclusão da base menos favorecida da população estabelecendo as diferenças de uma faceta da luta de classes no capitalismo avançado que compreende os conflitos que se relacionam com a

produção e o uso do ambiente construído.<sup>2</sup> Uma luta sobre o significado e a definição de valores de uso, protagonizada entre os apropriadores (procurando a renda), os construtores (buscando lucro), os financistas (objetivando juros) e os trabalhadores (intentando se opor às formas secundárias de exploração e alienação).

Na área rural brasileira não há déficit habitacional, porque o agronegócio transformou enormes áreas outrora trabalhadas por mãos humanas em enormes vazios habitados por máquinas agrícolas. Além da concentração fundiária estapafúrdia caracterizada pela situação agrária brasileira, ocorreu, com a tecnologia empregada, um enorme desemprego no campo e conseqüente êxodo rural, com o incontrolável inchaço populacional das áreas suburbanas. Em busca de melhores condições de vida os camponeses sem posses e os pequenos proprietários rurais migraram aos milhões para as cidades, principalmente aos grandes centros urbanos das capitais, alojando-se sem as mínimas condições em casebres em bairros e vilas afastados dos equipamentos urbanos. É a lógica perversa e concentradora do capitalismo e sua capacidade de promover exclusão social.

A reação dos movimentos sociais e organizações locais comunitárias, nessa disputa com os poderes por melhores condições de moradia geram a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados. Porém, estas ocupações resultam em ações de despejo caracterizadas por extrema violação dos direitos humanos:

“O Estado Brasileiro tem a obrigação de respeitar e assegurar o cumprimento dos direitos humanos, os despejos forçados são considerados a máxima violação do direito humano à moradia. O Brasil é signatário de uma série de tratados internacionais, dentre eles o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que garante o direito humano à moradia adequada. A Constituição Federal estabelece o direito à moradia como um direito social que deve ser implementado para erradicar a pobreza e a marginalidade, mediante o desenvolvimento de políticas públicas. Essa obrigação visa o impedimento de medidas e ações que impossibilitem ou dificultem o exercício do direito à moradia.”

(Lucia Maria Moraes – extraído da carta de apoio à Ocupação 20 de Novembro, enviada pela Relatora Nacional do Direito à Moradia Adequada e Terra Urbana – ONU)

E mais, a respeito da criminalização dos movimentos sociais:

---

<sup>2</sup> HARVEY, David. *O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. In: Revista Espaço e Debate, nº 6, 1982.

“Como é simples, desumana e insensível a garantia absoluta do direito de propriedade. Não se pode sobrepor a propriedade à vida, nem mesmo afirmar que quem ocupa terreno abandonado seja criminoso. O crime é um fato que fere bens considerados valiosos pela sociedade. Desta lógica podemos concluir que a criminalização de tais fatos visa proteger tais bens e evitar, prevenir tais condutas, assim como punir quem as comete com o intuito de incentivar aos outros concidadãos que não o façam. Além disso há uma garantia formal para que uma ação seja criminalizada, e receba punição, esta garantia é a necessidade de que todo o fato criminoso esteja descrito pela lei. O que não pode ser considerado crime mesmo que seja fato prejudicial a um bem de grande valor social. A omissão do poder público frente à necessidade de famílias por terra, educação, trabalho, saúde e habitação, não é crime por não estar prevista em nenhum estatuto legal. Por isso é permitido que os sem-terra, teto, educação, saúde, emprego e lazer sofram e vivam em condições desumanas sem que nenhum agente do poder público seja responsabilizado.”

(Marcel Franco Araújo Farah – advogado da NAJUP-GO e da Cerrado Assessoria Jurídica Popular).

Ainda sobre a criminalização da luta social no Brasil:

“O movimento social brasileiro é forte, diversificado, complexo, manifesta significativa capacidade de mobilização da sociedade brasileira, está ampliando sua capacidade de monitoramento e de controle social das políticas públicas, além de nos últimos anos virem enfrentando com coragem o modelo concentrador e excludente de desenvolvimento através do embate com empresas nacionais e internacionais (transnacionais) e de grandes projetos. Não seria exagero afirmar que, em boa medida, as conquistas sociais, configuradas constitucionalmente e nas diversas legislações específicas e efetivadas nos últimos anos, todas ainda insuficientes, são fruto de mobilização e da pressão social. Seguramente a democracia brasileira é incompreensível sem ter em conta, no seu núcleo, a presença dos movimentos sociais.

No entanto, nos últimos anos têm-se assistido a um processo de perseguição da luta social e de suas lideranças. Exemplos disso são a persistência da proibição da vistoria em imóveis que tiverem sido ocupados na luta pela terra; o Relatório Final da CPI da Terra que recomendou a transformação da ocupação de terras em crime hediondo; as prisões arbitrárias e políticas de lideranças de movimentos rurais e urbanos, entre outros. E ainda o impedimento de defensores dos direitos humanos entrarem em prédios e casas de internação de adolescente por serem incitadores de rebeliões, e por isso estão sendo processados, tem ainda associação que tem sido feita de defensores de Direitos Humanos com o tráfico e o crime organizado numa tentativa clara de desqualificar e tornar militantes que geram riscos à sociedade em geral. Outra faceta deste processo de criminalização e desqualificação são os diversos ataques a militantes de Direitos Humanos vem sofrendo via *sites* e comunidades na internet, onde plantam o ódio e acusam os Direitos Humanos de defensores de bandidos e colocando a população contra a luta em geral pelos Direitos Humanos e por fim tem surgido outros meios, como: punições administrativas que afastam

defensores de Direitos Humanos de seus cargos de trabalho quando estes ocupam funções públicas.” (*Relatório de casos exemplares*)<sup>3</sup>

Assim, fica caracterizado o extremo sofrimento e perseguições aos quais são submetidos os marginalizados pelo processo de exclusão social aguda característico de nossa sociedade.

---

<sup>3</sup> Queiroz, Rosiane P.(org).*Relatório de casos exemplares*. In:  
<[www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_mndh/r\\_mndh\\_criminalização\\_mov\\_sociais.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalização_mov_sociais.pdf)>

#### 4. A ENTREVISTA

Reproduzo, a seguir, a entrevista realizada com dois integrantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia. Ambos participaram ativamente da ocupação do chamado “prédio dos tatus do PCC”, na Rua Caldas Júnior, em Porto Alegre. Ezequiel Moraes é integrante da Coordenação Estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Ceniriane Silva é da Coordenação Municipal do MNLM de Porto Alegre, educadora popular da Rede de Educação Cidadã – RECID, secretária da Cooperativa 20 de Novembro, produtora cultural comunitária (Instituto Trocando Idéia) e estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cumpre ressaltar que a entrevista está transcrita em sua íntegra.

**Hoje é dia 19 de outubro de 2010 e vamos fazer uma entrevista com os integrantes da coordenação estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Ezequiel Moraes e Ceniriane Silva. Qual a trajetória do Movimento Nacional de luta pela moradia?**

**(Ezequiel)** - O Movimento Nacional de luta pela moradia surgiu em 1989/1990, fruto das conseqüências da pauta de Planejamento induzido do período da ditadura, onde naquele momento havia todo o um caldo de manifestações locais em vários pontos do país e começava a ferver a situação das associações de bairro, que começavam a reivindicar melhores condições de moradia. Começaram a ocorrer movimentos regionalizados pela moradia. Entre as décadas de 70/80, final de 70 e início de 80, havia uma conjuntura de provocações locais em vários pontos do país. Nesse contexto com agitações localizadas, protagonizada pelos movimentos sociais emergentes, o regime militar lançou mão do BNH para tentar acalmar esse clamor popular pela moradia. Porém o Banco Nacional de Habitação não dava conta do financiamento de moradia para a população de mais baixa renda. Nessa época, com a implementação do BNH, há também o evento da industrialização aqui no Sul, que se desenvolve. Nesse período, o governo dá incentivo para a instalação de indústrias em locais estratégicos. Disponibiliza transporte, ou o empresariado investido do apoio do regime militar nas Indústrias, disponibiliza transporte para o pessoal vir do interior e localizar-se ao redor dessas indústrias. E dessa forma o Brasil experimentou nesse período o inchaço nessas regiões urbanas e de crescimento industrial como São Paulo e aqui, por exemplo, no Rio

Grande do Sul, o Vale dos Sinos. O exemplo dessas vilas irregulares aqui no Vale dos Sinos, a maior nessa época é Matias Velho. Nesse momento já estava organizado movimento social do campo e começaram a se articular os movimentos regionalizados de luta pela moradia. Em nível nacional, uma das armas mais importantes é a manifestação em função das demandas. O fato de Brasília estar muito longe gerava uma dificuldade muito grande, como ainda há hoje, mas antes era pior, pois os movimentos não estavam organizados. Então começaram a se articular para terem mais facilidade de chegar a Brasília e fazer manifestações. Depois, no período democrático, mas só a partir da Constituição de 1988, por causa da legislação de desapropriação de terras rurais que não cumprem com a sua função social, que houve essa possibilidade de embasamento legal para atuação dos movimentos sociais em função da possibilidade de desapropriação, inclusive urbana, o que iria evoluir como legislação mais tarde. Essa determinação legal da Constituição de 1988, que dava conta que deveria haver regulamentação através de legislação complementar dando conta da necessidade de função social da propriedade. Como os setores conservadores fizeram tudo pra que essa legislação não fosse votada, houve a reação dos movimentos, tanto rural quanto urbano relacionados à democratização agrária, juntando até um milhão de assinaturas em um abaixo-assinado pra levar de carrinho-de-mão para o palácio do Governo em Brasília. Isso ocorreu nos dois anos seguintes à constituição de 1988.

Em setembro de 1989, houve um encontro no Maranhão, onde a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, alguns partidos, segmentos, associações de bairro, sindicatos se organizaram e pautaram. A partir daí surgiu o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Nesse momento havia um enfoque de ação direta através da ocupação. Começa ao mesmo tempo a se trabalhar, no viés institucional, a questão da construção do Estatuto das Cidades. Daí o Movimento tinha como bandeira a ocupação e a questão da luta pela regularização fundiária. A reforma urbana também era bandeira para formatação da reforma dos espaços urbanos.

Quando se fala em ocupação se vai na contramão do que se chama de propriedade. Começa a se trabalhar na formulação da legislação do Estatuto das cidades, com o IPTU progressivo, o usucapião coletivo, a questão dos impactos de vizinhança, a questão ambiental e o parcelamento do solo urbano. Começou-se a trabalhar o projeto de lei com pessoas ligadas aos movimentos sociais, estudantes de Direito, bem como juízes. Pessoas como o professor Jacques Latour, que atuam dentro do Congresso com a questão da moradia. Na década de 90, como o Banco Nacional de Habitação foi um projeto que faliu, restando várias construções abandonadas, havia os projetos da COHAB e uma demanda reprimida em função de todos os trâmites e de não existirem subsídios públicos para bancar as moradias para a população de

baixa renda. O movimento começa se articular melhor com todos os outros movimentos populares. E há internamente uma discussão muito forte: qual era a concepção de movimento e se esse movimento serviria só para o processo de disputa de ocupação e não para os outros fatores que compõem a cidadania. Em 2000, em junho, é aprovado como medida provisória o Estatuto das Cidades. O MNLM, nesse momento, já começava a formular planos habitacionais e não só ocupar a terra, propondo novas tecnologias construtivas. Começava também a discutir todos os fatores relacionados às ocupações, como acesso ao ensino para as crianças, esgoto, as relações com o entorno, etc., Bem como a adequação do movimento às regulamentações legais. Passava à pauta, além da moradia, um questionamento de todos os equipamentos públicos, dando conta da qualidade das ocupações. A partir de 2000, o movimento concentrou-se em ocupações nos centros urbanos, para realmente atacar os agentes da especulação imobiliária, colocando-se estrategicamente na disputa de todos os equipamentos urbanos. Através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a população de baixa renda começou a forçar decisões para atenderem a todas as necessidades urbanas. Até então não existia quem tencionasse, por exemplo, a questão do transporte, mobilidade urbana, esgoto. Nessas ocupações centrais nas cidades, o MNLM assumiu uma postura de ocupar prédios públicos desocupados, entre 2000 e 2005. A intenção era forçar o poder público a dar valor e função social a esse patrimônio público, ao invés de locar prédios particulares para funcionamento de suas repartições. Começamos a mudar no sentido de que a ocupação não mais seria o nosso eixo de luta e sim a reforma urbana. A reforma urbana seria estratégica e a ocupação, cooperativismo, novas tecnologias alternativas de construção e produção e regularização fundiária, instrumentos de luta. Começa-se a assumir o debate da transversalidade, com as questões de gênero, etnia e o debate da juventude. A partir de 2005 o movimento adota essa postura de debater mais universalmente, ou seja, todos os fatores que compõem a realidade e incidem diretamente na qualidade de vida de toda a população. Os contatos com instituições internacionais proporcionaram ao MNLM se integrar internacionalmente, fazendo parte dos Fóruns Sociais Mundiais. Todas essas relações que se deram, serviram para suprir o movimento de informações de como se comportar nesse contexto. Aí o movimento começa a mudar o seu rumo neste sentido.

O debate da reforma urbana é essencial porque, pesquisando as experiências urbanas em nível mundial, veremos que avançamos muito pouco em termos de sustentabilidade social e ambiental. E para isso o que deve haver é a união de esforços em prol da solidariedade, com esse caráter de que a cidade deveria desenvolver projetos que respeitasse minimamente a igualdade de tratamento a todas as classes sociais. Temos

exemplos na Alemanha, na Europa desenvolvida, como também na Colômbia onde a população, com o instrumento dos movimentos sociais urbanos promove um tencionamento com o poder público e os interesses mercantis imobiliários a enfrentá-los questionando a especulação imobiliária, obrigatoriedade, a partir de lei, de uma contrapartida que o setor imobiliário deve aos setores menos favorecidos da cidade. A articulação no Brasil dos movimentos sociais de base com o governo federal, a partir de políticas socialmente desenvolvimentistas levadas a efeito pela participação de partidos progressistas verdadeiramente representantes populares, chegou-se ao Ministério das Cidades. O primeiro modelo de secretaria a trabalhar seriamente com a questão habitacional para a população de baixa renda foi no Rio Grande do Sul durante o governo Olívio Dutra. Começou com o modelo desta secretaria estadual que começou a formatação do Ministério das Cidades. As Conferências das Cidades já existiam neste período e o Governo Estadual posteriormente chamou representantes de todas as instituições de base social para discutir as políticas urbanas, inclusive prioritariamente a habitação popular. Em nível federal, em 2005, uma das pautas de luta do MNLM foi a disponibilidade dos recursos para a população de baixa renda, a partir da Caixa Econômica Federal para a habitação. O problema é que a Caixa administra os recursos do FGTS que fica indisponível para o projeto da casa própria, caso o trabalhador tenha dívida no sistema financeiro federal. Fizemos essa contestação à Caixa porque não pode ser atribuição dela fazer essa política de interesse das instituições financeiras privadas na retenção do FGTS para moradia popular, a CEF defendeu-se dizendo da obrigatoriedade de cumprir as regras do sistema financeiro não só nacional, mas mundial. Mas temos avançado nessas negociações. Surgiu uma política federal chamada PAR – programa de Arrendamento familiar, para as famílias com renda de 3 a 7 salários mínimos mensais poderem acessar recursos para a aquisição de moradia. Porém a prática da CEF era preconceituosa, ela abria as inscrições, mas quem acessava esses recursos eram as famílias a partir de 5 salários mínimos, ficando os mais carentes excluídos do programa federal habitacional por serem considerados investimento de risco. Começamos a trabalhar na época, ainda em 2005, o projeto Crédito Solidário substituindo o PAR por ser mais flexível e poder atender às famílias com renda inferior a 3 salários mínimos mensais. Em 2002, a gente tem essas disputas, como o PAR não funcionou, foi lançado o PSH – Programa de Subsidio Habitacional, que na época era o que a Prefeitura conseguia acessar para investir em moradias para famílias com renda de até 3 salários mínimos. O problema é que as prefeituras usavam esses recursos limitados indevidamente, não havendo a verdadeira aplicação em programas habitacionais e usando como moeda de troca. A idéia original para o Programa Crédito Solidário seria atender

associações de bairro e cooperativas populares habitacionais que poderiam acessar o crédito diretamente, o que não ocorreu. Havendo uma briga muito grande do MNLM tanto com os governos estaduais, como com os municipais e federal, no sentido de o movimento entender que os recursos deveriam ser acessados diretamente pelas cooperativas habitacionais populares para que as prefeituras e governos estaduais não atrapalhassem, trancassem ou malversassem esses recursos federais. Começa-se a construir a resolução n. 460, que não conseguiu avançar e foi substituída pela Resolução n. 518. A partir do Ministério das Cidades o MNLM e demais organizações populares urbanas conseguem espaços, cadeiras para participação nas reuniões que apontam políticas para a sustentabilidade das cidades no Conselho das Cidades, onde se discute as participações e responsabilidades dos movimentos sociais no processo de reforma humanista qualitativa das cidades, sendo um Conselho Gestor e um Curador. Nestas instituições constroem-se mecanismos para as articulações entre os movimentos sociais e os governos estaduais e prefeituras e discutem-se as contrapartidas em recursos dos níveis estaduais e municipais para as políticas de habitação para a população de baixa renda. Com o evento do Ministério das Cidades a própria Caixa Econômica Federal muda o tipo de relação com os movimentos sociais. Através das cooperativas habitacionais os movimentos sociais começam a produzir conjuntos habitacionais, independentemente dos gestores públicos municipais e estaduais. O MNLM já consegue ter uma relação direta com o Governo Federal e vir ao município implementar diretamente a política habitacional. A partir daí o tratamento dos governos locais com o movimento qualifica-se. Então esse espaço institucional do Ministério das Cidades é fundamental para o avanço do atendimento de demandas para os movimentos da base social. Não se conseguiu ainda interferir mais efetivamente no sistema de desenvolvimento urbano, em função do fechamento e centralização dos governos locais nas decisões. Mas a luta está colocada para que os representantes dos movimentos sociais da base também façam parte dos Conselhos municipais e estaduais.

Nos últimos cinco anos, o MNLM é estruturado em coordenações de ocupações, uma direção municipal, formada pelo Conselho das ocupações, uma coordenação estadual e uma executiva estadual. De cada executiva estadual sai uma representação para a coordenação nacional e também é escolhida uma suplência para a coordenação nacional além de uma suplência para esta mesma coordenação nacional. A estrutura nacional do MNLM, portanto, tem coordenação, sendo que nem todos os estados estejam representados na Coordenação nacional do movimento. A executiva nacional é mais enxuta. Somente os representantes consensuais que por projeção política, participação na luta, promoção de integração e

construção do MNLM na atuação em suas coordenações estaduais, participam da Executiva Nacional do movimento. O Rio Grande do Sul, antes do encontro nacional, foi o único estado em que o MNLM criou um conselho político. Antes de estarmos na coordenação estadual ou executiva, nós precisávamos resolver a questão da formação política dos integrantes. Não bastava ser indicado no município para ser representante. Se não tivesse formação política e não conseguisse acompanhar os debates, sem assimilar em função de haver já toda uma estrutura colocada nesse processo seletivo. Então o Conselho era um estágio intermediário antes dos militantes integrarem a Coordenação. As reuniões são todas abertas aos Conselheiros, em todos os níveis. Porém as decisões em nível nacional são tomadas somente pelos integrantes da Coordenação Nacional do movimento. Porém a coordenação está se flexibilizando desde 2005, quando todos os integrantes, cada vez mais, fazem parte das decisões e tem acesso a todas as reuniões de todos os níveis dentro do Movimento. Houve democratização do MNLM, valorizando cada vez mais o protagonismo interno de cada integrante do Movimento. Em nossa avaliação o Movimento avança nesse sentido. Os integrantes ou militantes votam, suscitam o debate e verdadeiramente participam das decisões, cada vez mais num processo que vem se aperfeiçoando.

### **Falem sobre a Ocupação 20 de Novembro.**

**(Ezequiel)** – Para quem vê de fora e menospreza as lutas sociais, aquilo foi só mais uma ocupação. Mas para nós que experimentamos, ocorreu quase um ano de discussão até que fosse feita a ocupação. O fato é que houve uma ocupação anterior, um ano antes do 20 de Novembro de 2006. Enquanto estávamos discutindo, o PCC entrou seis meses depois, era um período no qual a esquerda brasileira estava sob fortes críticas, sendo acusada de ser financiada pelo narcotráfico, de ter ligação com as guerrilhas latino-americanas. Muitas críticas para a ligação do Presidente da República com Evo Morales, Presidente da Bolívia. A própria questão do Stedile do MST ter ido a Israel para ajudar nas negociações da questão palestina. Foi um período difícil em que os setores conservadores da sociedade brasileira atacaram muito os partidos de esquerda e os movimentos da base social. Até com a Al Qaeda nos relacionaram.

Quando o PCC entra em cena, o Gegê da CMP – Central de Movimentos Populares havia sido preso no Rio de Janeiro. Havia marcadamente no país um clima de confronto esquerda versus direita. Os movimentos sociais da base são revolucionários e deflagraram planejadamente nove ocupações no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esses fatos

conferiram nova dinâmica à ação do MNLM e havia debate chegando ao nível internacional em função da ocupação de um prédio na França.

A Ocupação 20 de Novembro tem na sua origem um debate muito duro: tivemos que decidir-nos se faríamos a ocupação do prédio da Rua Caldas Júnior n. 11, em função das ligações que tentariam fazer do MNLM com o PCC, haja vista que integrantes desta organização criminosa foram presos no prédio. Afirmitivamente decididos quanto à ocupação, ocupamos o prédio quatro meses após. Neste mesmo ano de 2006 havia a veiculação de notícias de que o MNLM era bancado pelo crime. Nosso medo era de como a imprensa iria nos relacionar com isso tudo. Depois de muito debate chegamos à conclusão: é muito mais fácil nos posicionarmos contra o crime sabendo como nos posicionar. Na verdade movimento não é inimigo do crime organizado e quem é realmente responsável por isso é o poder público à medida que não estabelece políticas eficazes para melhorar a situação nas diversas localidades brasileiras

O MNLM partiu para uma nova discussão, inclusive em nível internacional a respeito da incompetência do poder público à medida que os espaços vazios nas áreas centrais estavam servindo ao crime organizado. Encaminhamos inclusive uma emenda ao Congresso Nacional. Para transferir a legislação que trata da desapropriação de toda área para fins de reforma agrária, que for utilizada para atividades ilícitas como o plantio, armazenamento ou refinamento de drogas, para os prédios urbanos que também forem usados para o crime e comprados com dinheiro do crime, serem desapropriadas para a finalidade de moradias para a população de baixa renda. Porém essa emenda do Movimento não virou projeto e não avançou, o legislativo deixou de lado. A nossa justificativa é que o mesmo tratamento legal quanto à utilização para o crime na área rural seja aplicado às áreas urbanas para reduzir o déficit habitacional. Fomos a vários espaços de direito como em faculdades para o debate e foi muito bom discutir com os estudantes de direito sobre esse assunto. Sobre a ocupação, ela ocorreu no prédio da Rua Caldas Júnior n. 11, em uma primeira vez, em 2005, para protestar o fato da CEF não disponibilizar os créditos do programa habitacional aos pretendentes de baixa renda que estivessem com pendência de dívidas no Sistema Financeiro Nacional, SPC ou SERASA. O prédio ocupado, que já havia sido do BNH, em 2005 era da CEF e a primeira ocupação foi desfeita por reintegração de posse. Em seguida o prédio foi comprado em leilão por Ricardo Foernges e vendido superfaturado ao PCC.

**Falem das articulações do MNLM com outras instituições e organizações sociais.**

**(Ezequiel)** Bom, o nome já é um homenagem, que é o dia da ocupação, ao evento do Quilombo de Palmares. E daí a relação com o Movimento Negro. Já as articulações em nível institucional e pessoal vão desde a ter alguém dentro da Brigada Militar para informar das ordens a respeito da ocupação até ligações com o legislativo municipal e estadual. Convém frisar a articulação com o Movimento Negro, que em 2006, pela primeira vez a marcha estadual, com todos os movimentos sociais da base, a Marcha dos Sem. O movimento avaliou a necessidade de fazer um debate da pauta da causa negra no RS. Havia a necessidade de fazer a ocupação em função de um déficit de 70 mil moradias em Porto Alegre. Essa rede de relações do MNLM e, coincidentemente as instituições que organizam a Marcha dos Sem – CMS, Movimento Nacional, CONAM, CMP, Movimentos Campesinos, partidos da área progressiva de esquerda: PT, PC do B, PSOL no início. Havia duas pautas, uma era o debate do campo com a questão do INCRA e da reforma agrária e a outra, a questão da cidade, sua sustentabilidade e o acesso democratizado à cidade. Na Semana da Consciência Negra, o MNLM resolver desenvolver atividades libertárias, já que a referência do Quilombo engloba a questão da libertação do escravo e a questão da terra, chão vital para a moradia e sobrevivência. E como a maioria dessas pessoas afetadas pelo déficit habitacional de 70 mil moradias em Porto Alegre é negra ou índia ou parda, nada melhor que casar a ação direta da ocupação em uma data tão revestida de significados libertários e dignificantes. O 20 de novembro de 2006 coincidiu com o final de uma disputa eleitoral que elegeu Yeda Crusius, pelo PSDB, ao governo do Rio Grande do Sul. O Movimento, na Semana da Consciência Negra de 2006, realizou atividades planejadas com meses de antecedência. A ocupação 20 de novembro e suas 60 famílias sofreram com a truculência e intimidação do governo Yeda. Com Yeda no Palácio Piratini e Fogaça na Prefeitura, o período da ocupação, de 20 de novembro até 23 de março, apresentou extrema turbulência no centro de Porto Alegre, com enfrentamentos diários entre os ambulantes ou camelôs com a Brigada Militar e a fiscalização da SMIC. Este clima demonstra que havia muita coisa errada na política do Município e do Estado, que em vez de providenciarem alternativas para resolver os problemas sociais apelavam para a repressão através da força bruta. Os primeiros a sofrerem com o refluxo conservador do governo Yeda foram os integrantes da ocupação 20 de novembro. Houve quatro enfrentamentos sérios, com a Brigada Militar com completo desrespeito à legislação, sem mandato e achando que tinham que tirar as famílias de lá pela força. Porém nesse período eleitoral anterior, o movimento dialogou com diversas pessoas ligadas aos partidos de esquerda pedindo apoio, e pelas dinâmicas da época e atuais, não vou dizer que tem que ingressar em partidos políticos, mas precisamos destes canais de articulação com os poderes

instituídos para lutar por uma sociedade melhor, mais justa. Para nós, o processo eleitoral não pode ser só para o cidadão ir lá e votar. Ele serve para auxiliar na evolução das conquistas das pessoas, onde se discute e se ouça opiniões. É o único momento em que todo o País discute política. As pessoas são obrigadas, até pela mídia, a acompanhar o que está acontecendo. Eu não quero dizer que o cidadão não deve lançar mão de outros recursos para ver suas demandas atendidas, muito antes pelo contrário, senão não estaria no MNLM, porém acredito na importância da política partidária como mais um instrumento.

**Falem agora especificamente sobre a ocupação em si, que iniciou em 20 de novembro de 2006.**

**(Ezequiel)** No ato em si, nessa avaliação que fizemos, ficamos 9 horas numa concentração. A ocupação estava marcada para as 6 horas da manhã. Faltava 7 minutos para a efetivação da ação direta da ocupação, e nós ainda afinávamos os detalhes. Como essa ocupação compreendeu uma estrutura que desse conta da logística para a instalação de aproximadamente 100 pessoas, ou 60 famílias, no prédio de Ricardo Foernges vendido a um “laranja” do Primeiro Comando da Capital. Nós planejamos que teríamos três minutos para abrir o prédio, entrar e fechar a porta antes da Brigada chegar. Usávamos para o transporte uma van, um carro e um ônibus. Usamos a informação operacional da polícia de que para um assalto a banco, demoraria 3 minutos para a Brigada Militar chegar ao local. Nestes 3 minutos, descarregamos 45 galões de água, uma geladeira, um fogão industrial, 80 colchonetes, as mochilas de cada uma das pessoas, as dezessetes crianças e as ferramentas e equipamentos para adequar o prédio às necessidades da ocupação, habitabilidade, e, além disto, 80 pessoas para dentro do prédio. Todo grupo tem sempre alguns que tem os movimentos prejudicados pelo nervosismo da hora, o que atrapalha esse tipo de operação. Há de imperar uma sincronia de movimentos muito difícil e que depende de comando, treino e muita disposição. Fizemos em 2 minutos e 15 segundos. Já estava tudo combinado, quem carregaria o quê, até por último as crianças e os adultos designados para cuidá-las. Às 6 horas, todas as pessoas e a carga estavam dentro do prédio. Ocorreu algo que gostaria de contar: usávamos um Fiat 147 e o planejado era sair primeiro o carro, depois a van e, por ultimo, o ônibus. O fato é que esqueceram de abastecer o Fiat. Foi o pessoal da chave (quem abriria o prédio e o trancaria depois de ocupado) que deveria ter abastecido. Quando estávamos na lomba da Bento Martins, o carro falhou. Olhei para o companheiro e perguntei: “Vocês abasteceram o carro como combinado?”, e a resposta: “Não!”, aí acessamos a Rua da Praia,

mudando o trajeto planejado. Mesmo assim, deu tempo de efetivarmos a ocupação às 6 horas conforme o planejado. É interessante contar que, quando abrimos a porta, havia um cachorro pastor alemão lá dentro, que se assustou conosco e fugiu ao invés de nos atacar. Estava faminto e muito maltratado. Acreditamos que fosse do antigo proprietário. Durante a ocupação do prédio, aconteceram desavenças, onde uns integrantes reclamavam dos outros: “Ai! O Fulano está se metendo no que eu estou fazendo!”, e eu respondia: “É como na ocupação, se tem espaço vazio, alguém pode ocupar!”. A primeira providência após entrarmos no prédio foi cavar para acharmos um cano e ligar a água. Quando estávamos cavando do lado de fora, veio uma viatura que subiu na calçada, donde saltaram quatro brigadianos de armas em punho, gritando para mim, o mais velho apontava a arma para a minha cabeça (tive sorte que fosse um policial experiente, imagine se fosse um novato, poderia ter acontecido o pior): “Você está preso!” e eu disse: “Por quê? Só tem famílias aqui!”, então entrei rápido puxando a porta para fechá-la e o policial mais velho enfiou a mão armada numa fresta que restara aberta dizendo: “Abram! Vocês estão presos!”. Nesse momento mandei todos os elementos do movimento que já estavam dentro do prédio subirem para outro andar e disse que tinha crianças ali com suas famílias, e que não podiam tratar-nos como criminosos. Nesse meio tempo, a ocupante Márcia, que cuidava das crianças, voltou e falou para os policiais: “O que vocês querem? Não têm mais o que fazer? Importunando famílias que não têm onde morar!”. Com isso os policiais distraíram-se. Foi o tempo que tive para passar a corrente na porta e tentar passar o cadeado. Então um soldado enfiou o bistronço (cassetete) na corrente e gritou para que abríssimos, girou o bistronço para fazer um torniquete, enquanto eu, agarrado na corrente, puxava para o outro lado, até poder fechar a porta e fechar o cadeado. Quando consegui fechar o cadeado, os policiais gritaram: “Abram! Nesse momento todos os companheiros de ocupação que já haviam entrado no prédio e estavam no andar de cima começaram a gritar. Os brigadianos assustaram-se e bateram em retirada. Então, pudemos começar a organizar a ocupação dentro do prédio.

**Fale agora das condições de sobrevivência dentro do prédio e as providências para a sua habitabilidade.**

**(Ezequiel)** A primeira providência foi já na madrugada do dia 21 de março, começar a higienização, lavando tudo. Conseguimos, cavando, achar um cano para termos água. Daí, faxina geral e banho dos integrantes da ocupação para aliviar a tensão.

O prédio estava todo quebrado por dentro, porque os “tatus” do PCC quebraram todos os azulejos, louças sanitárias e pisos para disfarçar as caçambas de terra dos túneis

através dos quais chegariam, se tivessem sucesso, aos cofres do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e da Caixa Econômica Federal. Comunicamo-nos com os apoiadores do movimento, usando nossa rede de contatos, o que viabilizou a ocupação. Destes apoiadores, alguns são aliados estratégicos e outros somente parceiros solidários. Foi o SITRAJUFE – Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal, o primeiro sindicato que no primeiro dia já estava na ocupação para nos auxiliar, ver o que estávamos precisando e podemos avaliar que é um grande parceiro do MNLM. E muitos voluntários, partidários e também avulsos, de diversas categorias e classes, se disponibilizaram a auxiliar as famílias da ocupação.

Organiza-se em primeiro lugar a cozinha e a escola infantil, batizada Ciranda. Também organizamos atividades de rua em função das manifestações previstas para a Semana da Consciência Negra. Um oficial de justiça vai ao prédio para ver as condições da ocupação. Na mesma semana, na quarta-feira à noite, tivemos mais um enfrentamento com a Brigada Militar e depois, na sexta-feira também. Além disso, nessa mesma semana, formamos dois grupos de trabalho: um, de assessoria jurídica para acompanhamento de políticas internas, e outro, de acompanhamento das políticas internas da ocupação. O primeiro, encarregado das negociações com o poder público e contatos com colaboradores, e o segundo, para o qual estabelecemos comissões de alimentação, saúde, ensino e educação, a comissão cultural e social interna que promove atividades de lazer, prática e consumo cultural unindo e conscientizando o grupo e mantendo o moral em alta, a comissão de segurança e a comissão de visibilidade a trabalhar com a imagem da ocupação a ser divulgada. A partir das comissões, desenvolvemos um produto a ser comercializado para divulgação da Ocupação 20 de Novembro do MNLM, com um desenho, nome da ocupação e do movimento como um logotipo e inscrições de teor ideológico. Criava-se o desenho e jogava-se tinta encima, inclusive com participação das crianças. Criou-se um visual e indumentária dos integrantes, simpatizantes e colaboradores da Ocupação 20 de Novembro. Utilizamos um estilo grafite, bem colorido, que tem a ver com a estética urbana jovem.

Na sexta-feira houve o ato no INCRA, para onde nós do MNLM, o MST, as associações de pequenos produtores rurais e outras instituições e movimentos da base social, nos dirigimos em manifestação, pressionando o Governo pela reforma agrária. Então como chegaram vários ônibus do interior do estado, a Ocupação 20 de Novembro serviu como alojamento para os militantes em trânsito, nesta Semana da Consciência Negra e da Marcha dos Sem. Aconteceram diversas outras atividades e manifestações públicas de enfrentamento à exclusão social. Ainda sexta-feira, quando chegaram os outros movimentos, nós já estávamos com toda a estrutura montada para bem recebê-los. Nesse mesmo dia, quando o

peçoal começava a se deslocar de volta ao prédio da Rua Caldas Júnior n. 11, vindo da manifestação no INCRA, num grupo formado por boa parte dos integrantes da Ocupação 20 de Novembro e companheiros de outras ocupações do MNLN e do MST, totalizando mais ou menos duzentas pessoas, notamos que um grupo de batedores motociclistas da Brigada Militar saiu na frente, em direção à ocupação para repetir os atos de repressão já realizados em 2005, na ocupação anterior do mesmo prédio, quando os ocupantes saíram para manifestação pública e no retorno encontraram uma corrente humana da Brigada Militar, impedindo-os de voltar. Só que dessa vez, em novembro de 2006, precavemo-nos e deixamos parte da nossa juventude, mais da juventude do MST e a comissão de segurança, no prédio. Quando os brigadianos armaram o cordão humano de isolamento para impedir o retorno dos companheiros de luta que chegavam em frente ao prédio, os militantes que estavam dentro saíram, em parte, confundindo e amedrontando os policiais, que foram obrigados a permitir a entrada dos que voltavam do INCRA. Nós já havíamos colocado as crianças com as recreacionistas da Ciranda (escola da ocupação), no aposento bem do canto do prédio, na parte dos fundos, para que ficassem em segurança, fazendo atividades lúdicas para que não ouvissem o tumulto do retorno e enfrentamento com a polícia. A polícia disse: “Vamos entrar.” E as mulheres responderam: “Não vão entrar não.” Um dos policiais conseguiu, não sabemos como, entrar no prédio, sendo expulso após muito apanhar das mulheres. Um brigadiano deu-me uma “gravata”, agarrando o meu pescoço com seu braço. Imediatamente os companheiros agarraram-me pelas pernas, tentando libertar-me. Enquanto isso acontecia, uma integrante do MST de Campo Bom, ao discutir com um policial desferiu-lhe uma forte bofetada. Conseguiram livrar-me da imobilização do policial queimando o seu braço com um cigarro, não sem antes, terem os companheiros, errado o golpe, queimando o meu próprio braço. Nessa confusão toda, como já havíamos construído bom relacionamento com o pessoal que trabalhava no prédio em frente, onde funciona o Sindicato dos Caixeiros Viajantes, eles começaram a gritar e jogar objetos na polícia. Então todo o pessoal da rua, os transeuntes, começaram a perguntar se a Brigada Militar não tinha mais o que fazer, como prender ladrões. Nesse momento apareceu uma viatura do Comando, com oficiais ordenando a retirada dos policiais. Vendo uma filmagem depois do ocorrido, parece até uma arena, com o confronto ou luta no chão e as pessoas nos prédios em volta e no da ocupação gritando e torcendo contra a polícia. Foram entoadas palavras de ordem como: “O povo unido jamais será vencido” e outras, seguidas pelos expectadores, agora participantes. Foi muito emocionante, pois demonstrou a unidade e solidariedade do povo que se uniu aos movimentos sociais naquele

momento. Então, depois disso, a polícia não tentou mais, sem o mandado ou a reintegração de posse, desalojar a ocupação.

**Fale agora sobre o período da ocupação no que tange às negociações com o poder público.**

**(Ezequiel)** O que nós notamos é que tanto o executivo como o legislativo não queriam se envolver na pauta das demandas do Movimento. Fizemos uma primeira tentativa de diálogo com a Prefeitura Municipal, duas semanas depois ela pronuncia-se dizendo que nem sabia da nossa existência. Mesmo que a ocupação fosse a três quadras da Prefeitura. Quem tratou conosco foi a Secretaria de Governança Municipal, que dialoga com os interlocutores que chegarem, antes de passar o assunto ao prefeito. Nós começamos a negociar primeiro a questão da água, solicitando um caminhão-pipa para encher as caixas d'água, ou que o DMAE liberasse a água. A Prefeitura ficou de avaliar esse pedido e nós, paralelamente, encaminhamos uma carta para a relatoria da “Plataforma 10”, que é a instituição que trabalha os direitos humanos, relacionada à questão da terra da ONU, cuja representação aqui era a Lúcia Moraes, do PT, e ao mesmo tempo, encaminhamos alguns e-mails, inclusive para a Anistia Internacional na Espanha. Depois fizemos um abaixo-assinado, e também uma declaração para todas as entidades públicas e representações desses setores para que eles encaminhassem mensagens de solidariedade e apoio à ocupação aos poderes público municipal e estadual e para a juíza, colocando sua opinião sobre isso, desde participantes do Fórum da Reforma Urbana. A própria ONU encaminhou à Governadora e ao Prefeito uma carta pedindo para que intermediassem o caso, a fim de que tudo terminasse de forma digna para as famílias e indivíduos da ocupação. Também para a Presidência da República, a ONU encaminhou uma correspondência nos apoiando e solicitando que não se violassem os direitos humanos no tratamento às famílias da ocupação. Por e-mail, fizemos uma corrente que pressionasse os poderes públicos federal, estadual e municipal em apoio à Ocupação 20 de Novembro.

**(Ceniriane)** Em 8 de março, sexta-feira, Dia Internacional da Mulher, quando voltamos do acampamento no Parque da Harmonia, recebemos uma carta da Brigada Militar convocando uma reunião na segunda-feira seguinte para discutir com ele o nosso despejo. Nossa reação foi passar o final de semana todo entrando em contato com os apoiadores para formarmos uma corrente apoiando nossa ocupação. Entidades locais, nacionais e internacionais foram contatadas para ajudar o povo da ocupação. Na segunda-feira, no horário

marcado para a reunião com a Brigada, tivemos todo um processo para resistência, organização interna e articulações externas conjuntamente, para enfrentarmos a situação. Procuramos o Conselho Tutelar para que acompanhassem o despejo, visando segurança das crianças e adolescentes da ocupação, bem como a circulação dos escolares da ocupação para a escola e vice-versa, e também para que as crianças tomassem sol sem serem recolhidas a um abrigo, já que estavam sob a proteção de seus pais. Fomos à Prefeitura questionando para onde iríamos após o despejo da reintegração de posse, como a prefeitura iria se responsabilizar pelas pessoas da ocupação. Solicitamos a presença da EPTC, para garantir nossa segurança no despejo, e também a Guarda Municipal. A Prefeitura disse que não poderia interferir, porém no dia 23, no despejo, estavam lá 200 azuizinhos. No dia que fomos despejados, fomos direto à Prefeitura. Questionamos a respeito da legislação que não estava sendo cumprida dando direito à moradia, e a responsabilidade do gestor municipal nesse sentido, haja vista a exigência legal da finalidade social da propriedade, e o papel da justiça e dos juízes que decidem esses casos. É que depende da ideologia desses juízes as decisões contra ou a favor das ocupações. No nosso caso a justiça, concedendo a reintegração de posse, favoreceu ao proprietário especulador, que havia vendido o imóvel a um valor muito acima do de mercado para uma organização criminosa. Há uma obrigação do estado, que não providencia em políticas habitacionais para enfrentar o tremendo déficit habitacional de 70 mil residências, somente no município de Porto Alegre à época, em 2006/2007. A intenção da Prefeitura era nos enviar a um galpão lá na Vila Cruzeiro, onde nem o guarda queria ficar por falta de segurança. Em função de nossa resistência, em negociação, conseguimos nossa transferência para onde estamos agora aqui, na Padre Cacique, em frente ao asilo, em um prédio semi-destruído e abandonado da FASE, ex FEBEM, porque é uma área mais central e assim possibilitaria as atividades da cooperativa com catação e reciclagem. Acertamos com a FASE, que aceitou ceder a área provisoriamente à Ocupação 20 de Novembro, e a Prefeitura concordou em nos ajudar na recuperação do prédio, tornando-o minimamente habitável. Estamos esperando até hoje. Em 20 de novembro fará 4 anos que a Ocupação já está aqui e, até agora, a Prefeitura não mandou ninguém ou nada para nos auxiliar. Se não fizéssemos o nosso próprio trabalho par melhorias, modificando, aumentando as instalações, colocando telhado, portas e janelas que haviam sido roubadas, não haveria como habitar nesse assentamento de passagem. Esse espaço não pode ser chamado de ocupação pois é um assentamento provisório. Para chegarmos aqui, além de nossos recursos, conseguidos pela cooperativa de trabalho que criamos com catação para reciclagem, padaria, lavação de carros e estacionamento, contamos novamente com o apoio da SINTRAJUFE e de outros sindicatos,

representações discentes, dos outros movimentos sociais, dos partidos progressistas, como o PT, e o PSol que se formava, bem como do PSTU, o MTD, o Levante Popular, Movimento Anarquista, e também o PC do B.

**Relatem agora o que recordam da desocupação em 20 de março de 2007.**

**(Ezequiel)** Marcante mesmo na desocupação foi o exagero do uso da força pela Brigada Militar e que demonstrou completo desrespeito aos direitos humanos e aos próprios acordos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que tratam de população em risco social, sendo esse o caso coletivo humano da Ocupação 20 de Novembro do MNLM. Ficou marcado ali, no início do governo Yeda, uma repressão e controle muito mais pesados do estado do Rio Grande do Sul com os movimentos sociais de base e demais segmentos populares, concorrendo para uma caracterização estigmatizante, criminalizando-os e tratando problema social como problema de segurança e polícia. Foi a primeira vez que eu vi tamanho aparato de força e enorme contingente policial, inclusive com micro-ônibus blindado, no RS, contra um movimento social. Foi a representação de força inicial do governo Yeda, que mostrou já de início, qual seria o tratamento para lidar com qualquer tipo de contestação social. Naquela semana, a Capital experimentava muita conturbação por parte dos camelôs, dos catadores e dos carroceiros que promoveram brigas com a polícia e a fiscalização, manifestações no centro da cidade contra as políticas desse período que limitavam o trabalho e o acesso ao centro. A governadora e seu aparato policial, demonstrou que trataria essas questões com violência policial. O Governo Municipal lavou as mãos em relação à ocupação, omitindo-se. Nesse momento foi a rede social nacional e internacional de relações do MNLM que forçou a Prefeitura tomar uma posição e nos conceder o assentamento provisório onde estamos até hoje. A repercussão do fato seria muito negativa para a Prefeitura, que sofreria pressões de todas as instâncias possíveis dessas instituições ligadas aos direitos humanos e as questões sociais. Até porque as propagandas do Governo Municipal de José Fogaça davam conta da democracia, solidariedade e política social da gestão.

**(Ceniriane)** Em princípio, poderíamos ficar na área somente 40 dias. A explicação era que a FASE estava em fase de licitação para construir aqui um abrigo para menores, o que não se confirmou, e ficou parecendo uma mentira para que aceitássemos ser realocados em um assentamento provisório mais longe do Centro, o que dificultaria o acesso

dos integrantes do coletivo da Ocupação à região central da Capital,, local de trabalho da maioria e também das escolas das crianças.

**(Ezequiel)** Na verdade houve uma operação da FASE, órgão municipal de atuação na área social, gerando uma briga entre diferentes secretarias. O DEMHAB tencionava para que as famílias não viessem para a Av. Padre Cacique, ao mesmo tempo, a Governança Municipal deliberou que as famílias viessem para cá., provavelmente atendendo ordens do Prefeito, após a pressão que ele deve ter sofrido das redes sociais e de aliados e colaboradores do MNLM. A FASE continuava querendo que assinássemos um documento com a data marcada para a nossa saída do assentamento de passagem. O que não aceitamos, pois fincamos pé que só sairíamos daqui para residências definitivas. Continuava a briga entre DEMHAB, Governança e FASE sobre se ficaríamos ou não aqui na Padre Cacique. Havia a discordância da FASE em entregar a área para o Sport Club Internacional, que a agregaria ao seu complexo para poder sediar a Copa do Mundo no Beira Rio, conforme o pré-determinado pela Prefeitura e Internacional, em vez de destinar para as atividades da Secretaria Municipal de Ação Social e a FASE.

**Falem agora sobre as conseqüências, os desdobramentos, os resultados práticos da ação de ocupação, que ocorreu entre 20 de novembro de 2006 e 23 de março de 2007, que são sentidos agora, em outubro de 2010.**

**(Ezequiel)** Se formos ver do ponto de vista político, a gente acabou acertando e muito na questão de manter a unidade e organização do coletivo formado pelas famílias da Ocupação 20 de Novembro. Por conseqüência, essas famílias foram protagonistas e participantes ativos de todas as lutas e manifestações sociais houveram na cidade nesse período. A partir da ocupação, o MNLM foi o movimento social brasileiro que teve a capacidade de pautar o governo municipal de José Fogaça. Todos os outros movimentos foram cooptados politicamente ou foram paralisados pelo orçamento participativo, alguns passaram por disputas de liderança. O MNLM foi o único que se manteve combativo, na rua, a partir da experiência da ocupação. Ativo em relação às questões da transversalidade, como a causa dos direitos das mulheres. Ajudamos a construir o primeiro Acampamento Nacional da Juventude do MNLM, aqui na região metropolitana. A partir dessa experiência, o movimento pegou todo esse conteúdo de vivência que assimilamos, transferindo para todo o MNLM em nível nacional. Todos os reflexos positivos e negativos da ocupação serviram para a formação de todos os integrantes do Movimento.

**(Ceniriane)** A partir da Ocupação 20 de Novembro, o MNLM agregou as suas práticas todas as experiências de divulgação, marketing, articulações, cooperativas e uso da internet em função da causa. Produção de vídeos, fazendo a reportagem dos atos da ocupação e disponibilizando para todo mundo na infovia, no You Tube. Reforçando a importância da visibilidade do movimento social. A partir do centro da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, a Ocupação 20 de Novembro buscou estrategicamente essa visibilidade que escancarou para o mundo o descaso com as questões sociais básicas por parte dos governos local e estadual. Julgamos ser de fundamental importância a execução do que foi planejado desde antes da ocupação: a geração de renda para a manutenção das famílias, porque de nada adiantaria lutar pela moradia sem resolvermos os problemas de subsistência, o que temos conseguido sem necessitarmos da caridade de ninguém para isso. E conseguimos, duas semanas depois de chegarmos nesse terreno da FASE, agregamos mais receita para o sustento das famílias, usando o pátio como estacionamento pago quando há jogos no estádio Beira Rio e outros eventos. A Prefeitura nos questionou sobre o uso do pátio para estacionamento e argüimos que ou a Prefeitura contribuía para a garantia de renda par as famílias, disponibilizando trabalho para os adultos, ou continuaríamos a cobrar por estacionamento de veículos. Acredito que tenha sido muita sensibilidade dos integrantes da Ocupação 20 de Novembro, termos desenvolvido essas soluções. Nos últimos três anos, consideramos também uma conquista que todas as atividades externas, como reuniões e encontros com outros movimentos sociais, e mesmo as que ocorreram aqui, foram bancadas pelos resultados desses trabalhos de produção de renda da cooperativa, que é formada por todos os integrantes da Ocupação 20 de Novembro do MNLM. Fazendo atividades com o apoio dos estudantes da UFRGS, dos cursos de Ciências Sociais e com o próprio DCE, tivemos subsídios e apoio valiosos ao coletivo da Ocupação. Foi muito importante também nos integrarmos nesse processo, que é de nível nacional, a dezenas de instituições dando conta da economia solidária.

É importante ter um olhar mais cuidadoso em relação às crianças e adolescentes da ocupação. Hoje a Ocupação tem reconhecimento internacional em relação ao acumulo e síntese políticos desenvolvidos a partir das nossas experiências de sustentabilidade ambiental e social. A organização e planejamento tornaram-se referências nacionais para o MNLM e outros movimentos. Iniciativas como os encontros nacionais da juventude do MNLM, realizado por nós, bem como a nossa atuação nos temas transversais de gênero, saúde, etnia, segurança alimentar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis tornaram o nosso coletivo modelar. Em função dessa transversalidade de assuntos tratados pela Ocupação com

todos os níveis de organizações e instituições sociais, em nível nacional e internacional, o MNLM do RS ganhou projeção e prestígio internacionais.

**(Ezequiel)** A Ocupação primou por experimentar debates internos acalorados sobre todos os problemas da sociedade. Havia reuniões de formação política todas as semanas, o que continuou no assentamento provisório, promovendo encontros nacionais e estaduais do Movimento. Nesse sentido também participamos de reuniões com os outros movimentos sociais desenvolvendo essa transversalidade de temas e assuntos, além da demanda principal de cada movimento. Todas essas trocas proporcionaram hoje, ao coletivo da Ocupação, uma comunidade que resolve seus problemas naturalmente. Conhecimento que é disponibilizado, partilhado nos encontros. O coletivo é um laboratório de síntese da luta dos movimentos sociais de base.

**(Ceniriane)** E agora, ultimamente, diferentemente dos anos anteriores, estamos mais aqui dentro do assentamento provisório. Depois desses quatro anos de experiência, tendo, no mínimo, uma reunião por semana, nas terças-feiras, avaliando e ajustando o funcionamento e as relações nesta comunidade que formamos, para que, tanto agora como depois de nosso realocamento para as moradias definitivas, tudo continue funcionando bem. Quer dizer, só poderemos aplicar todo esse conhecimento adquirido na luta, com sucesso no lugar onde formos assentados, se tudo der certo aqui, ou seja, o assentamento provisório da Padre Cacique é um laboratório de síntese das lutas do MNLM e também de todos os movimentos sociais com os quais nos relacionamos. Todos os detalhes são colocados num plano e num planejamento que dão conta da organização do coletivo. Que será essencial para o nosso reassentamento.

**(Ezequiel)** A Cooperativa 20 de Novembro é o que viabiliza os recursos para estes projetos. Os movimentos sociais não são pessoas jurídicas, então a Cooperativa é o instrumento com o qual o conseguimos encaminhar as questões de trabalho e produção de renda. A renda mensal da cooperativa é de, mais ou menos, R\$ 5.000,00 que mesmo parecendo pouco, é administrado pelas próprias famílias para suprirem suas necessidades. Agora, temos 22 famílias, perfazendo um total de 53 pessoas. E, como hoje, para fins de política social e especificamente habitacional, o indivíduo sozinho deve ser considerado uma família, o que a Caixa Econômica Federal não considerava. Foi mais uma de nossas conquistas de luta.

**Falem a respeito da conquista específica da Ocupação 20 de Novembro em relação ao objetivo principal do movimento, o atendimento da demanda de moradias para as famílias, pelo Estado.**

**(Ezequiel)** O Governo Federal disponibilizou-nos, de um prédio no Centro de Porto Alegre, próximo à estação rodoviária, 22 unidades habitacionais. O problema é que nem todas as famílias querem morar em apartamento. O que é um direito. E precisamos arranjar uma outra solução na forma de terrenos ou casas. Mas a maioria das famílias têm interesse em permanecer na área central, o que é objetivo do coletivo da Ocupação, em função das melhores condições de sustentabilidade, bem como do papel que desempenhamos hoje no MNLM e, desta forma, o assentamento definitivo de nossas famílias, será ponto estratégico no Rio Grande do Sul, de reuniões e articulações com os órgãos públicos estaduais, municipais, parceiros e aliados. Bem como o prédio será referência do MNLM, para quem quer seja, de onde quer que venha, como assentamento exemplar.

Já em 2008 este prédio no Bairro Floresta, perto da Estação Rodoviária, onde funcionava administrativamente a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA, foi disponibilizado para o MNLM e a CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores de Bairros, sendo esta entidade a representante legal desta demanda por ser ente jurídico. E o MNLM se responsabiliza pelas articulações políticas. Temos a disponibilidade do prédio pelo Poder Público Federal, porém o empecilho é o poder público municipal a entrar o processo. A contrapartida do projeto de reforma do prédio é responsabilidade da prefeitura e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, perfazendo 5% dos custos de reforma do prédio. Além disso, dependemos das repartições municipais como DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto, DEP - Departamento de Esgotos Pluviais e outras. O caso é que a Prefeitura de Porto Alegre de Porto Alegre está se omitindo como beneficiária neste trâmite. Não conseguimos avançar mais. Agora, conversamos com o prefeito José Fortunati e os órgãos competentes aprovaram os projetos técnicos. Só falta encaminhar para a UGU, que é o Patrimônio da União, e depois à CEF. Uma coisa é ter o imóvel, outra é conseguir a reforma para habitá-lo. O que nos não temos são os recursos para a reforma. Nós não temos compromisso de governo nenhum para a reforma. Não temos é o “Minha casa, minha vida” que a gente pode acessar a partir da disponibilidade de crédito para a Cooperativa ou para as famílias da 20 de Novembro. Independentemente disso, temos como operar junto ao Governo Federal nesse sentido. No Governo do Estado, agora temos um fator novo, nós poderemos agora acessar o Governo Estadual solicitando a contrapartida pré-

estabelecida para a reforma e o assentamento definitivo, já que estará assumindo um governo com mais histórico em políticas sociais e habitacionais para a população de baixa renda. E o Governo Federal, após a conturbação das eleições, poderá continuar com a política do Ministério das Cidades, atendendo aos movimentos sociais da base em suas demandas. No patamar em que estão as negociações, isso começaria em março, com o pleno funcionamento dos novos governos federal e estadual. De março até o final do ano já estaremos em 2011. Em 2012, as obras para a Copa do Mundo já devem estar em andamento avançado, porque daí faltarão somente dois anos, e antes disso já deve haver muita coisa pronta em função da realização da Copa das Confederações em 2012. Então o tempo poderá ser nosso aliado para que tudo se resolva com maior presteza. Temos que resolver a questão de algumas famílias que não tem o perfil para morarem em apartamentos, e conseguirmos o assentamento delas em casas, a partir de articulações paralelas com os poderes públicos de todos os níveis, principalmente o municipal.

**Falem sobre o dia do despejo do prédio da Caldas Júnior, em 23 de março de 2007 e também sobre o vídeo produzido a partir do evento pelos integrantes da Ocupação 20 de Novembro.**

(**Ceniriane**) Foi muito tenso, ficamos do dia 9 ao dia 23 de março de 2007 naquela expectativa, montando uma estrutura de resistência ao despejo. Estávamos muito preocupados com a truculência que a Brigada vinha mostrando sob o Governo Yeda. Aquele prédio era quebrado, além de estar aberto no 7º andar, sem porta e com entradas pelas paredes por falta de janelas. Passados os dois primeiros meses, as pessoas fizeram cubículos para terem privacidade. Tapamos as janelas com lençóis e enchemos de mel para atrair abelhas ao 5º andar. Nós tínhamos a informação de que a Brigada viria no dia 20, porém não aconteceu. Nós pensamos em nossa condição, presos dentro de um prédio, onde já sabíamos que a polícia entraria pelo 7º andar, pelas janelas e pela porta, após arrombá-la. Ninguém poderia ver o que a polícia faria se invadisse o prédio. Temíamos pela nossa segurança. Se a ocupação fosse em sentido horizontal, a imprensa poderia registrar e as pessoas veriam, o que garantiria um mínimo de segurança para as famílias. Durante todo o tempo em que estivemos no prédio da Caldas Júnior, fomos filmados pelas janelas, monitoramento da polícia. Como eles não vieram no dia em que tinham nos informado, baixamos a guarda.

No dia 23 de março acordamos de manhã e notamos que a polícia já estava lá fora bloqueando a Av. Mauá e vimos toda àquela situação da polícia, com a polícia de choque

chegando, parecia coisa de filme, com helicóptero, falando pelo rádio, dando a notícia de que havia desvio na Av. Mauá.

**(Ezequiel)** A notícia chegou por outras pessoas. Os guris da guarda, da segurança de rua, às 5 horas, nos disseram: “Olha, tão passando uma fita ali na esquina.” Como a rua já havia sido fechada, uma semana antes, porque o piso da rua estava cedendo por causa do túnel do PCC, mas aí achamos “É hoje!” Olhamos para a Mauá e não havia nenhum carro passando. Recebo uma ligação: “Vocês estão sendo despejado? Porque eu ouvi no rádio que a Brigada interrompeu o trânsito na Mauá para a desocupação do prédio.” É agora! Foi só chamar todo mundo e o pessoal se levantar. A gente põe a cabeça para fora e já ouve o barulho dos coturnos e dos cassetetes batendo nos escudos. Aquele pelotão da Polícia de Choque vindo em marcha pela Mauá. Tem alguém posicionado atrás do prédio para invadir pelo telhado. A segurança interna foi ao 7º andar para verificar. Às nove horas, enquanto uma comissão negociava na porta o despejo, notamos que a Brigada já havia entrado no prédio pelo 7º andar. Foi toda essa tensão, mas foi positivo, porque houve toda uma preparação. As famílias, e principalmente as crianças, estavam totalmente preparadas para aquele momento. Porque sempre houve dialogo e nunca escondemos nada das crianças. Quando ocorreu, elas lidaram tranquilamente com a situação. Nessa hora algumas famílias desistiram e foram embora, porque realmente não estavam se sentindo seguras. Todo mundo sabia que a qualquer momento podia acontecer o despejo. E aí já tinha todo um preparo de como eles deveriam se comportar naquela hora, na Ciranda (escolinha infantil da Ocupação). Porque sem esse preparo, seria um choque ver todo aquele aparato policial, principalmente porque eram crianças oriundas da periferia. Elas tiveram que entender todo esse processo de reintegração de posse, para não ter um choque tão grande.

**(Ceniriane)** Acabaram ficando bem tranqüilas, tanto que um menino perguntou para um cara que estava cavando se ele era membro do PCC! (risos) A lenda que havia no prédio, com as escadas todas escuras, é que havia o fantasma do PCC.

**(Ezequiel)** As crianças estavam até mais preparadas que os adultos. Desceram as escadas cantando com as professoras. Se tu vires o vídeo (You Tube – Ocupação 20 de Novembro) verás crianças puxando os protestos. É que sempre foi uma relação de confiança. Elas também confiaram naquele ambiente que estávamos construindo. A gente dizia: “Se procedermos dessa forma, demonstrarmos dessa forma, não tem porque eles fazerem nada com a gente. Uma filosofia mais “gandhista” de lidar com a situação.

**No dia 23 de março a que horas vocês saíram do prédio? E para onde se dirigiram?**

As 10 e pouco da manhã fomos pela Andradas até a Prefeitura. Na verdade, quando nós saímos em 2005, a gente tinha prometido que ia voltar. Naquela época, saímos chorando do prédio, dizendo: "Em 2006 a gente volta." A emoção foi muito maior. Nós ficamos quatro meses lá dentro e daí criou-se uma expectativa.

**(Ceniriane)** E também se tornou um símbolo porque na verdade a ocupação é resultado da luta das famílias que estavam lá dentro representando o movimento. Com a participação do PT, PCdoB, PSTU, PSol, anarco punks.

**(Ezequiel)** Estava ali representada a luta de classes. É que a simbologia que a gente construiu dentro do prédio, sempre trabalhando que a gente não ia se pautar por segmentos e sim construir uma unidade da luta de classes e ali naquele momento a gente conseguiu construir isso que é o sentimento da classe mesmo. Mais de 200 comerciantes do entorno subscreveram um abaixo assinado pedindo a permanência das famílias. Só isso já foi um saldo positivo para a gente. As pessoas queriam que a gente ficasse lá porque se sentiam mais seguras. Então é esse processo do sentimento da luta de classes que a gente conseguiu realizar naquele momento. Então a saída foi nesse sentido de caminhar pelo Centro, acompanhados pelos populares e pelos camelôs, nos apoiando.

**(Ceniriane)** Nós estávamos isolados enquanto permanecíamos dentro do prédio da ocupação. No momento do despejo, muitas pessoas que estavam acompanhando pelo rádio foram até lá para prestar solidariedade e nos acompanhar em marcha.

**(Ezequiel)** Tanto é que quando chegamos na frente da Prefeitura havia umas cento e poucas pessoas dando apoio. Teve uma senhora que foi algemada por ter passado a barreira enquanto ia para o trabalho. Então, em solidariedade, ela foi ao ato porque achou um absurdo a maneira como fomos tratados. Conversamos com pessoas na rua que diziam: "A ditadura voltou", porque os caras (polícia) isolaram sete quadras não deixando ninguém passar.

**(Ceniriane)** Os vídeos que estão disponíveis na Internet, no site You Tube, sobre a Ocupação 20 de Novembro do MNLM foram feitos, uns por colaboradores e outros por nós mesmos.

## 5. A REPERCUSSÃO DA OCUPAÇÃO NA MÍDIA

O poder da imprensa aqui será analisado a partir da representação que a mídia produziu a respeito do Movimento Nacional de Luta pela Moradia na Ocupação 20 de Novembro em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Segundo Antonio Gramsci (1891- 1937), filósofo, cientista político e militante comunista e antifascista italiano ao discorrer sobre a importância dos aparelhos privados de hegemonia na estratégia revolucionária, identifica a mídia como um dos principais veículos de construção hegemônica desempenhando um papel de destaque na formação de representações, condutas e valores. O poder da imprensa aqui será analisado pela representação que a mídia produziu a respeito da Ocupação 20 de Novembro.

Como aparelho privado de hegemonia, os meios de comunicação se tornam um espaço de luta política fundamental na disputa pela direção moral e intelectual da sociedade. A liderança da ordem social não se realiza apenas por meio da força ou de ilusões de consciência; ela se mantém no domínio por meio de concessões que, dentro de certo limite, engloba interesses corporativos de segmentos dominantes. A hegemonia é constituída por um bloco de alianças que representa uma base de consentimento para a ordem social vigente. O bloco histórico que rege uma hegemonia identifica os problemas de uma sociedade e responde, de acordo com seus interesses, à gama dos conflitos do conjunto social. Um exemplo desse pertencimento e identificação com as classes hegemônicas foram matérias elaboradas sobre a Ocupação 20 de Novembro. Utilizando palavras como *invasão*, *invasores*, *tumulto*, induz uma leitura dirigida e discriminatória do evento. Sobre a desocupação, as notícias dão mais ênfase ao congestionamento causado pela ação do que aos trabalhadores, trabalhadoras e seus filhos que estavam sendo despejados do prédio como criminosos mais perigosos que o próprio crime organizado. Tudo isto cria um ambiente hostil para os movimentos sociais, que são criminalizados, já que a classe subalterna, usando um conceito de Gramsci, tem sua consciência formada a partir dos meios de comunicação de massa que não dão voz para os movimentos sociais. A estratégia de contra hegemonia utilizada pelo MNLM e seus colaboradores foi a confecção de um *blog* sobre a Ocupação 20 de Novembro e a veiculação em *site* especializado na divulgação de vídeos das filmagens realizadas sobre a ocupação e, principalmente o despejo por reintegração de posse.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Os vídeos sobre a Ocupação 20 de Novembro mencionados podem ser encontrados no *site* [www.youtube.com](http://www.youtube.com)

CORREIO DO POVO

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2006

## Famílias invadem prédio desocupado

---



*No edifício, foi presa a gangue do PCC*

Cerca de 60 famílias invadiram ontem um prédio no Centro da Capital. Ligado ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o grupo chegou durante a madrugada ao prédio de sete andares na esquina da Caldas Júnior com avenida Mauá. Em 2005, o prédio já havia sido invadido por integrantes do movimento, que pedem a desapropriação do local. Em setembro, o mesmo prédio foi utilizado pela facção criminosa PCC, que planejava um assalto por túnel contra a Caixa Econômica Federal e o Banrisul da Praça da Alfândega.

'Queremos discutir a função social da propriedade, que está deteriorada', disse o coordenador estadual do movimento, Beto Aguiar. Segundo ele, o grupo defende a desapropriação de outros 11 prédios, públicos e particulares, em situação similar. Aguiar avisa que o local ficará invadido até a desapropriação.

CORREIO DO POVO

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 25 DE NOVEMBRO DE 2006

## Invasores provocam tumulto

---



*Brigada Militar isolou área e, após, providenciou reforço*

Policiais militares do 9º BPM e integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) envolveram-se em um princípio de tumulto ontem, na calçada do prédio invadido por cerca de 60 famílias na segunda-feira passada, na esquina da rua Caldas Júnior com a avenida Mauá, em Porto Alegre. A confusão ocorreu porque um grupo do MNLM teria sido impedido de entrar no imóvel pelos PMs, por motivos ainda não estão esclarecidos.

No empurra-empurra, o tenente Ronaldo ficou ferido no cotovelo e a militante do MNLM Isolete machucada nos dedos de uma das mãos. Alguns manifestantes conseguiram entrar no prédio e receberam apoio de outros que se posicionaram nas janelas. Os PMs fizeram um cordão de isolamento na porta, sendo depois providenciado reforço policial com viaturas e motos. Por fim, o efetivo do 9º BPM foi embora.

Um dos coordenadores do MNLM, Beto Aguiar, considerou desnecessária a ação dos brigadianos, pois não havia ordem judicial de reintegração de posse. Ele lembrou que o prédio foi vendido à organização criminosa PCC e serviu de ponto de partida para o túnel que levaria até os cofres do Banrisul e da Caixa Federal. 'O prédio está sub *judice* por causa do processo criminal e ainda seria do PCC, tanto que o proprietário tenta retomá-lo', explicou.

CORREIO DO POVO

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 2007

## Invasores protestam contra possível despejo

---



### *Mobilização no prédio da Caldas Júnior*

Cerca de cem pessoas ligadas ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) que invadiram o prédio na esquina da rua Caldas Júnior com a avenida Mauá, na Capital, realizaram ontem um protesto contra a suspeita de despejo. O edifício foi usado pela organização criminosa PCC, servindo de ponto de partida para o túnel que levaria até os cofres do Banrisul e da Caixa Econômica Federal em outubro do ano passado. No início da tarde, um oficial de Justiça e policiais do 9º BPM da Capital estiveram junto aos invasores.

Um dos coordenadores do MNLN, Ezequiel Moraes, disse que o oficial entrou no prédio pacificamente e tentou negociar a saída. Segundo Moraes, o oficial e os policiais teriam dito que a reintegração de posse ocorreria hoje. 'Temos resistir. Há mais de dez anos esse prédio não cumpre sua função social', avisou o manifestante. Conforme o 9º BPM, não haverá nenhuma espécie de reintegração de posse hoje. A BM teria apenas amparado o oficial de Justiça, como é de praxe nessas situações.

O objetivo da manifestação foi convocar a união entre os invasores. Eles chegaram a quebrar alguns vidros das janelas do prédio, mas ninguém se feriu. A rua Caldas Júnior ficou parcialmente bloqueada na esquina com a avenida Mauá durante o protesto. O deputado estadual Raul Carrion, que esteve no ato, disse que esse é um problema político e não policial. Segundo ele, os manifestantes devem buscar órgãos políticos para negociar legalmente a invasão.

CORREIO DO POVO

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2007

## MNLN realiza novo protesto

---

Representantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) realizaram ontem manifestação contra a reintegração de posse do prédio da rua Caldas Júnior, 11, em Porto Alegre. Participaram do ato os cerca de cem moradores que invadiram o edifício em novembro do ano passado. Na quarta-feira, eles estiveram reunidos com deputados estaduais da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, buscando uma solução para a falta de moradia.

Segundo o coordenador regional do movimento, Beto Aguiar, o déficit habitacional urbano em todo o Estado é de 460 mil pessoas. Em Porto Alegre, são 70 mil pessoas. No prédio de seis andares da rua Caldas Junior, 36 famílias aguardam solução para o impasse em torno do edifício, que foi vendido por uma empresa privada para integrantes do PCC, que planejaram o roubo às agências do Banrisul e da Caixa Econômica Federal.

As famílias estão preocupadas com o destino dos 95 adultos e de 19 crianças que residem no prédio. Aguiar defendeu que a invasão é legítima. 'O prédio foi construído originalmente pelo antigo Banco Nacional de Habitação (BNH)', contou.

Um dos coordenadores do MNLN, Ezequiel Moraes, ressaltou que o edifício não cumpre com sua função social há quase 15 anos. 'Se a intenção dos proprietários é vender, nós também queremos disputar a compra', afirmou.

De acordo com o processo judicial, o cumprimento do mandado pode ocorrer a qualquer momento. Na Capital, o MNLM conseguiu assentar em torno de mil famílias nos últimos oito anos.

#### **CORREIO DO POVO**

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 24 DE MARÇO DE 2007

## **Desocupado prédio onde PCC abriu o túnel**

Para operação da Brigada Militar, houve bloqueio das principais ruas do Centro. Cerca de cem pessoas foram desalojadas



### *Mandado de reintegração foi cumprido após duas horas de negociação*

Com forte aparato e bloqueio das principais ruas do Centro, a Brigada Militar cumpriu ontem mandado de reintegração de posse no prédio da rua Caldas Júnior invadido em novembro por integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Depois de quase duas horas de negociação com representantes da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) e da BM, as 36 famílias de sem-teto, totalizando cerca de cem pessoas, deixaram o prédio às 9h.

A saída ocorreu com cantos e palavras de ordem. Em protesto, os sem-teto deixaram o prédio acorrentados uns aos outros. A ocupação do edifício de seis andares, situado na esquina da Caldas Júnior com a avenida Mauá, ocorreu dois meses depois de o imóvel ter sido usado pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). O prédio serviu de ponto de partida de um túnel que levaria os criminosos até os cofres do Banrisul e da Caixa Econômica Federal. A Polícia Federal frustrou a ação em 1º de setembro.

'Ao sairmos acorrentados, queremos mostrar que nós, trabalhadores, não somos iguais ao crime organizado. Não precisava desse enorme contingente policial por causa de 36 famílias', criticou o coordenador regional do MNLM, Beto Aguiar. Segundo ele, a invasão serve para 'denunciar os vazios urbanos da cidade'.

O subcomandante-geral da BM, coronel Paulo Roberto Mendes, justificou o uso de 150 PMs e o apoio de 110 agentes de trânsito da EPTC. 'Uma operação de reintegração de posse é sempre imprevisível. Não sabíamos ao certo quantas pessoas estavam no prédio e o que poderia ocorrer', explicou.

Dois caminhões de mudança contratados pela Fasc transportaram os pertences dos sem-teto, inclusive equipamentos utilizados pelo movimento para o trabalho de padaria, serigrafia e reciclagem. O grupo fez uma passeata pela rua dos Andradas até a prefeitura, parando em frente à Caixa e na Esquina Democrática. Na prefeitura, uma comissão do MNLM foi recebida pelo secretário de Coordenação Política e Governança Local, César Busatto, e pelo superintendente de Habitação do Demhab, Luiz Carlos Severo. O movimento e a prefeitura buscam alternativas para as famílias, em especial para 16 que não teriam para onde ir.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Ocupação 20 de Novembro é uma síntese das lutas dos movimentos sociais de base popular no Brasil. Por ter se tornado referência entre as ocupações urbanas do país pela sua eficiência nos processos todos que compõem o funcionamento de um coletivo de luta por atendimento de seu direito básico de moradia, é um objeto estratégico para um estudo de caso dessa natureza.

Além disso, é exemplo de história coletiva; demonstrativos da formação de uma identidade solidária, ao contrário do individualismo que representa a ideologia vigente e o senso comum. O grupo da 20 de novembro torna suas características, a dignidade individual e a coragem, históricas, apontando caminhos para a solução de problemas sociais básicos, como o cooperativismo popular urbano. O encaminhamento de soluções práticas e criativas para resolução de problemas cotidianos da ocupação revelam os acertos do Movimento Nacional de Luta por Moradia para transformar o sofrimento e as necessidades da parcela mais pobre da população em historicidade.

O enfrentamento épico às injustiças do sistema, desenvolvido em adaptação a cada contingência emergente com o transcorrer da trajetória do coletivo, inscreve-o, pela transversalidade, articulações, democracia interna das decisões coletivas, combatividade, capacidade de reação às dificuldades, comunicação em nível local, estadual e nacional, e especialmente da comunicação (internet, vídeo) que caracteriza a modernidade do século XXI e esforços por visibilidade, na história das lutas sociais brasileiras, como objeto de pesquisa histórica mais apurada. Atuando no limite entre a articulação pós-marxista e a luta de classes marxista, a Ocupação é um caso de eficiência, sucesso entre os novos movimentos da base social brasileira.

Zilá Bernd, teórica da literatura, em um estudo sobre a literatura negra diz algo que pode ser aplicado a essa questão da Ocupação 20 de Novembro do Movimento Nacional de Luta pela Moradia: “Uma poderosíssima estratégia de negação do *outro* é justamente o silêncio. Deixar de registrar os feitos de uma comunidade é relegá-la ao esquecimento. O que não é evocado deixa de existir.”(1994) Foi esse intuito, história e memória da Ocupação 20 de Novembro do Movimento Nacional de Luta pela Moradia que animou este trabalho de Conclusão de Curso de História.

## 7. REFERÊNCIA

AZEVEDO, Paulo Roberto. *Passageiros da ilegalidade: História de uma luta pela moradia*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BRENNEINSEN, Eliane Cardoso. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929 – 1989)*. São Paulo: UNESP,

CASTELLS, Manuel. *Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas*. In: POULANTZAS, Nicos (org). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FARAH, Marcel Franco Araújo. “*Comentários jurídicos sobre a criminalização de movimentos sociais*”. Centro de Mídia Independente, 2005

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERRETTI, Rosemary Brum. *Uma casa nas costas – análise do Movimento Social Urbano em Porto Alegre, 1975-1982*. Porto Alegre: UFRGS, 1984.

FRANK, Robert. *Questões para as fontes do presente*. In: CHAVEAU, A.; TÉTART, P. (Orgs.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1989

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. In: *Temas Urbanos e Regionais*. Revista Espaço e Debates n. 6. 1982.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LACLAU, Ernesto. *Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social*.

Disponível em:

Anpocs.org [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_02/rbcs02\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm)

Acessado em: 09/10/2010

\_\_\_\_\_. *Las manos em la masa – Laclau contra Negri, Hardt e Zizek*. In: *Jornal Pagina/12*, Argentina, 5 de junho de 2005. Entrevista concedida a Jose Natanson. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/radar/9-2286-2005-06-09.html>  
Acessado em 5/11/2010

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. *Existe uma renda fundiária urbana?* In: FORTI, Reginaldo(org.) *Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas. 1979.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOISÉS, José Álvaro. et alli. *Cidade, povo e poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1985.

NEGRI, A. e HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: a tríplice mimese*. Editora Vozes, 1994.

RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa. *Relatório Azul 2006: garantias e violações dos direitos humanos*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SILVEIRA, Diego Soares da. *Narrativa histórica, etnografia e reforma agrária em um assentamento rural*. Porto Alegre, 2005. Tese (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli Turatti. *Os filhos da lona preta: Identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed . São Paulo: Brasiliense, 1994.

Arquivo virtual *Correio do Povo*. Disponível em: [www.correiodopovo.com.br](http://www.correiodopovo.com.br)  
Acessado em 12/10/2010

Blog da Ocupação 20 de Novembro: [ocupacao20denovembro.blogspot.com](http://ocupacao20denovembro.blogspot.com)

*Déficit Habitacional no Brasil*. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. 2.ed. Reimpressão – Brasília, 2006.